



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA

---

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO PARLAMENTAR DE  
INQUÉRITO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA,  
DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,  
REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2022.

Às nove horas do dia dezanove de maio de dois mil e vinte e dois, através do sistema eletrônico de videoconferência da Assembleia Legislativa da Paraíba, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 56/2019, para apurar, debater e indicar políticas públicas de enfrentamento à homofobia na Paraíba. Atendendo o Edital de Convocação publicado sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, que iniciou cumprimentado todos os presentes, determinou a realização de um minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19. A Presidenta registrou as autoridades presentes e realizou leitura de justificativas de ausência. O Deputado Jeová Campos realizou a leitura do Edital de Convocação, e informou que a presente reunião tem o objetivo de discutir a situação de violência contra a população LGBTQIA+ no estado da Paraíba. A Presidenta informou que será discutido a situação de violência da população LGBTQIA+, que será realizado oitivas e encaminhamentos, e que a comissão esta em fase de conclusão. Registrou a presença do Deputado Doutor Érico. O Deputado Jeová Campos informou que pretende fazer encaminhamento, para que formulada as perguntas, que seja determinado prazo para que possa trazer, para subsidiar a elaboração do relatório final. A Presidenta deferiu a solicitação. Oitiva da Doutora Maria de Lourdes Azevedo, Secretaria Executiva de Vigilância Assistencial. A Presidente pediu para falar sobre o objetivo da vigilância sócio assistencial, e questionou qual estrutura e equipe que possui. Em resposta, afirmou que está

a frente da vigilância desde 2017, que o objetivo é contribuir com as proteções sociais, e planejamento e ações. Que trabalha para consolidar os dados que são enviados para a vigilância. Que na média complexidade existem os equipamentos como CREA e proteção básica que são os CRAS. Que são gerados relatórios que contribuem com os técnicos coordenadores municipais. A Presidente questionou se a vigilância possui mapa de violação de direitos do estado. Em resposta afirmou que sim. A Presidente questionou como ocorre a sistematização. Em resposta, afirmou que é trabalhado com registro mensal, e o estado criou o sistema estadual, pelo fato do sistema nacional ser simples. Disse que o RMA nacional pede apenas para registrar o número de pessoas atendidas, e que o sistema estadual trás mais informações para saber o que está acontecendo com gênero e faixa etária. Disse que é necessário que o preenchimento nos municípios aconteça sistematicamente, e que há fiscalização. A Presidenta questionou se tentar saber qual o tipo de violação ou população de pessoas LGBTQIA+ foram atendidas com violação de direitos irá encontrar os dados no mapa da vigilância. Em respostas afirmou que não, e que a vigilância viu a necessidade de incluir outras informações. Que trabalha em parceria com outras secretarias. A Presidenta questionou se em relação a sistematização, a tipologia da violação se consegue identificar discriminação sexual ou por orientação sexual, e se possível identificar a tipologia da violação como espancamentos a criança, adolescentes, idosos e violação de direitos a população LGBTQIA+. Em resposta, afirmou que o sistema trabalha com dados quantitativos, e outros dados são com os CREAS dos municípios que possuem, e que o descritivo é de acompanhamento das secretarias. A Presidenta questionou quais as principais tipologias identificadas. Em resposta afirmou que são violências físicas, patrimoniais e domésticas. A Presidenta questionou se não consegue identificar as violências contra a população LGBTQIA+. Em resposta afirmou que não, e que seria possível incluir informações no sistema estadual. A Presidente questionou se o Estado criou canal próprio para recebimento de denúncias. Em resposta afirmou que foi criado o disk 123. A Presidenta questionou se as denúncias estão ligadas a vigilância. Em resposta afirmou que é acompanhado pela Secretaria de Direitos Humanos. A Presidenta questionou se as informações têm sido tratadas pela vigilância. Em resposta afirmou que existe um acompanhamento da equipe do disk 123. A Presidenta questionou quais as visões que a vigilância tem dos serviços do disk 123. Em resposta afirmou

que o maior número de denúncia é em relação a homofobia. A Presidenta questionou como se dá o diálogo com a saúde e educação, se existe um acompanhamento integrado do dado, e como saber se uma criança que sofreu abuso sexual está na escola. Em resposta afirmou que não é uma função da vigilância, e que quando é identificado o caso, existe uma equipe multidisciplinar, que a vigilância viabiliza o trabalho das equipes multidisciplinares, e nas coordenações dos CREIAS precisam possuir equipe multidisciplinares. A Presidenta questionou se as secretarias consolidam os dados para que seja assistido os casos recebidos. Em resposta afirmou que não é realizado. A Presidenta questionou se a população LGBTQIA+ está sendo considerada uma população específica de violação de direitos humanos. Em resposta, disse que os números têm aumentados e a vigilância trabalha junto das proteção e que os planos são realizados de forma conjunta. A Presidenta questionou se a Secretaria de Direitos Humanos possui as informações específicas da população LGBTQIA+ para planejamento. Em resposta afirmou que recebe demandas de solicitações de dados. A Presidenta questionou se existe estrutura para consolidar as informações ou necessita de mais investimentos. Em resposta, disse que a vigilância é um setor novo na política de assistência, que em termos de equipe o Estado da Paraíba está bem melhor que outros estados, e que os municípios relatam diversas dificuldades. O Deputado Jeová Campos questionou se quando recebe denúncia em relação a população LGBTQIA+, comparando com as denúncias que contra a mulher e adolescentes, e a vigilância dá o mesmo tratamento. Em resposta afirmou que a vigilância não recebe denúncias, e as informações são tratadas de forma igual. O Deputado Jeová Campos questionou se não existe preconceito dentro da vigilância. Em resposta afirmou que não. O Deputado Jeová Campos questionou em relação a violações, quantos por cento são em relação a população LGBTQIA+. Em resposta afirmou que a população nem sempre procuram os CREAS. O Deputado Jeová Campos pediu que seja enviada para a comissão o quantitativo de denúncias em relação a população LGBTQIA+ e questionou o que a gerencia poderia fazer para melhorar o atendimento a população LGBTQIA+. Em resposta afirmou que a implantação de vigilância nos municípios e vínculo dos profissionais no município. O Deputado Jeová Campos questionou qual o índice de satisfação da população LGBTQIA+ entre o registro que é feito e o acolhimento. Em resposta afirmou que não possui esse dado. O Deputado Jeová Campos questionou qual o

encaminhamento imediato para uma pessoa que faz a denúncia. Em resposta afirmou que encaminhamento vai depender do tipo de violação. O Deputado Jeová Campos questionou se de fato os órgãos chegam a proteger quem faz uma denúncia. Em resposta afirmou que não faz esse tipo de acompanhamento. O Deputado Jeová Campos pediu que seja oficiada a Gerência de Direitos Humanos para informar o nível de eficiência entre o registro que é feito e a proteção. Oitiva da Doutora Vanusa Cavalcanti, representante da Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão da Secretaria Educação Ciência e Tecnologia. A Presidenta pediu para descrever o tempo de existência da gerência, objetivo e estrutura da equipe. Em resposta, afirmou que a gerência foi criada em 2011, que está no cargo desde 2018, que tem o núcleo de educação especial, e que monitora tanto as escolas públicas quanto os particulares. Que são monitorados os casos de violação dentro do ambiente escolar. Que são tratadas situações gerais de direitos humanos, e violação de direitos entre alunos, professores, gestão e funcionários. A Presidenta questionou se a equipe que compõe a gerência é adequada ou insuficiente. Em resposta afirmou que é insuficiente, e que não adianta ter pessoas na equipe que não entendam do assunto. A Presidenta questionou quais as principais ações realizadas pela gerência. Em resposta afirmou que existem mais de cinquenta ações, como a justiça restaurativa, que vai às escolas junto com o Ministério Público para tratar de assuntos de violação de direitos humanos como bullying e LGBTFobia. Que também tem trabalhado para uso da internet de forma segura, e informou que vai enviar relatório da primeira etapa. O Deputado Jeová Campos solicitou que seja tratado apenas o tema violação da comunidade LGBTQIA+. A Presidenta afirmou que concorda com encaminhamento, e pediu para descrever as principais demandas de direitos, questionou se o setor possui prontuário de demandas, e determinou que seja oficiado a gerência para solicitar as ações planejadas do ano e os diagnósticos de violações. Em resposta, afirmou que as demandas chegam a partir da ouvidoria da educação, e algumas demandas são encaminhadas para a gerência. A Presidenta questionou se os encaminhamentos são pela ouvidoria e comissão. Em resposta, afirmou que denúncias podem ser encaminhadas pelo número 36125681. O Deputado Jeová Campos questionou se é frequente o número ser acionado. Em resposta afirmou que não. O Deputado Jeová Campos questionou se o número é divulgado nas escolas. Em resposta afirmou que sempre informa nas escolas, e que possui parceria com os conselhos tutelares. O Deputado Jeová Campos

questionou se o número da ouvidoria esta difundido nas escolas com fixação de cartazes. Em resposta afirmou que não, que esta disponibilizado no site, e que não existe campanha de divulgação. O Deputado Jeová Campos questionou como a gerência tem tratado o bullying contra a população LGBTQIA+. Em resposta afirmou que tem realizado ações nas escolas, como formação pedagógica para os professores. O Deputado Jeová Campos questionou se a gerência tem convicção de que o trabalho que é feito é suficiente para proteger a população LGBTQIA+ de preconceito no âmbito da escola. Em resposta, afirmou que são realizadas ações pedagógicas, que é impossível da conta de todos os casos, que alguns casos não chegam até a gerência, e que o trabalho é pedagógico. A Presidenta questionou se diante das situações de direito, se a gerência considera e consegue acompanhar todos os casos de violação de direito, quantos casos existem desde 2018, e qual a porcentagem em relação a escola da rede publica. O Deputado Jeová Campos sugeriu que caso não possua as informações momento, possa enviar por escrito. Em resposta, afirmou que não possui os números no momento, pelo fato de a questão LGBTQIA+ é apenas um dos aspectos tratados pela gerência, e que vai enviar os números oficiais. A deputada Estela Bezerra perguntou quais são as principais parcerias que a Gerência tem e se conseguem acompanhar as denúncias da rede municipal, a resposta foi que esse acompanhamento municipal não é possível pois são apenas quatro pessoas para realizar o trabalho, evidenciou que o monitoramento não é oficial, e é realizado devido a necessidade que a Gerência tem de ir além de suas obrigações, falou que estão trabalhando em um projeto para o registro estatístico desses índices, em relação as parcerias, falou sobre o apoio recebido das delegadas e Secretaria da Mulher, Sociedade Civil Organizada, Secretaria de Desenvolvimento Humano, Secretaria de Cultura. O deputado Jeová Campos encaminhou um requerimento pedindo informações sobre o quantitativo de escolas que nos últimos cinco anos registraram violação dos direitos da população LGBTQIA+ segundo a gerência dirigida pela Dra. Vanusa, a deputada Estela Bezerra agradeceu a colaboração e empenho da Dra. nessa sessão. Foi iniciada a oitiva com o Ministério Público, o Dr. João Benjamin iniciou esclarecendo o que é o Núcleo de Gênero, Diversidade e Igualdade Racial do MP, sua criação e suas realizações, evidenciou que tem o objetivo de acolher as demandas da comunidade LGBTQIA+, foi criado no ano passado e é composto por promotores de justiça que tem afinidade com essas causas, relatou algumas ações realizadas nesses cinco meses de

existência, a primeira ação foi solicitar o reconhecimento do nome Social aos servidores do MP da Paraíba, a segunda ação será a realização de um webinar para falar aos membros do MP questões relacionadas a comunidade LGBTQIA+, mapeamento das demandas da população carcerária, realização de um mutirão para retificação do registro civil das pessoas que desejarem, fomentar a política pública da dignidade menstrual junto as prefeituras, citou alguns exemplos de denúncias que já foram recebidas pelo Núcleo, a deputada Estela parabenizou a diligência do interrogado a frente desse órgão, fez duas considerações, a primeira relativa a inclusão de representantes que são do interior do estado, a segunda é inclusão das organizações que apoiam a população carcerária e a demanda da dignidade menstrual, outra demanda é o acesso ao tratamento de hormonização e a resignação de gênero dessa população, o deputado Jeová Campos perguntou qual o número telefônico do Núcleo e como fazer para que esse número se torne conhecido nas escolas, perguntou como os Promotores de justiça dos municípios tem agido em relação ao Núcleo e se ele está sendo acolhido por esses promotores, quais os principais entraves encontrados no desenvolvimento do trabalho do Núcleo e afirmou que irá juntamente com os integrantes da CPI visitar o Núcleo para conhecer de perto suas atividades, a deputada Estela perguntou se existe algum procedimento específico quando MP recebe uma representação da população LGBTQIA+ e se há uma grande procura pra realização dessas denúncias, perguntou se o MP possui uma forma de organizar essas demandas, o Dr. João Benjamin respondeu às perguntas na ordem em que foram feitas, disse que até o momento não estão encontrando entraves, pelo contrário, estão encontrando apoio, afirmou que não existe um procedimento específico de recepção das representações, mas que essas demandas podem ser acolhidas através do e-mail do Núcleo, assim como por qualquer canal do MP, a deputada Estala perguntou se o MP consegue identificar quantos inquéritos policiais foram recebidos e aceitos pelo órgão com motivações homofóbicas, a resposta foi que infelizmente ainda não existe essa identificação. A deputada Estela afirmou está satisfeita com a presente sessão, agradeceu a colaboração e participação de todos os envolvidos e declarou encerrada a sessão. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, e Karla Georgea Castro Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta,

deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. João Pessoa-PB, 19 de maio de 2022.



DEP. ESTELA BEZERRA

**Presidenta**